



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.396, DE 2008

Dispõe sobre a comercialização de equipamentos de radiação.

Autor: Deputado EDUARDO CUNHA

Relator: Deputado ZEQUINHA MARINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.396, de 2008, objetiva criar mecanismos para coibir o uso irregular dos serviços de radiodifusão. O projeto altera o art. 211 da LGT - Lei Geral de Telecomunicação (Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997), no intuito de proibir a comercialização de equipamentos de irradiação para empresas ou entidades que não detenham outorgas vigentes para a exploração do serviço radiodifusão.

A penalidade prevista para os fornecedores desses equipamentos que infringirem a lei é de multa, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Conforme a proposta, os recursos decorrentes de tais multas serão revertidos para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), previsto na Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966. A proibição não vale, de acordo com a matéria, para os equipamentos de radiação restrita a que se refere o §2º, inciso I, do art. 163 da LGT.

Justifica o autor que a facilidade para adquirir equipamentos de transmissão propicia a “proliferação de rádios piratas”, ameaçando, inclusive, a segurança pública, ao interferir nas comunicações de aeronaves.

O projeto foi primeiramente distribuída para esta Comissão, e, posteriormente, será remetido às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal determina que o serviço de radiodifusão de sons e de sons e imagens deva ser explorado diretamente pela União, ou na forma de autorização, concessão ou permissão. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, autorização e permissão para o serviço, cabendo ao Congresso Nacional apreciar cada ato, conforme dispõe o art. 223 da Carta Magna.

Trata-se de serviço primordial para a segurança e o desenvolvimento econômico e social do País. O rádio e a televisão estão presentes em cerca de 93% dos domicílios brasileiros, segundo as mais recentes pesquisas.

Existem hoje no Brasil cerca de 5.000 emissoras de rádio outorgadas, entre comerciais, educativas e comunitárias. No entanto, esse mercado é prejudicado cada vez mais fortemente pelas chamadas emissoras piratas, especialmente rádios. Esses comunicadores ilegais nascem da noite para o dia. Compram o equipamento, operam interferindo em outros serviços e veiculam qualquer tipo de conteúdo, inclusive de pregação religiosa e doutrinação política.

De acordo com a legislação do setor, a outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens fica excluída da jurisdição da ANATEL, permanecendo no âmbito de competências do Poder Executivo. Deverá a Agência elaborar e manter os respectivos planos de distribuição de canais, levando em conta, inclusive, os aspectos concernentes à evolução tecnológica (art. 212 LGT).

A LGT prevê, no art. 162, que “a operação de estação de transmissora de radiocomunicação está sujeita à licença de funcionamento prévia e fiscalização permanente”. Como o espectro de radiofrequência é um recurso limitado, o uso de frequências, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, conforme o *caput* do art. 163.

Cabe à ANATEL a fiscalização das estações de radiodifusão, quanto aos aspectos técnicos e quanto a denúncias de uso irregular do espectro de radiofrequência, o que resultou, segundo relatório da Ouvidoria da Agência de 2005, em cerca de 203 mil ações de fiscalização naquele ano, cerca



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de 127 mil das quais, ou mais de 50%, foram em atendimento a demandas do Ministério das Comunicações e as restantes por iniciativa da própria ANATEL.

A coerção à radiodifusão ilegal é feita pela ANATEL com base no artigo 183 da LGT, que prevê pena de dois a quatro anos de detenção e multa de R\$ 10 mil pelo crime de “desenvolver clandestinamente atividade de telecomunicações”.

Ademais, o art. 70 da Lei n.º 4.117/62, o Código Brasileiro de Telecomunicações, que rege o setor de radiodifusão, criminaliza a instalação ou utilização de equipamentos de telecomunicações sem autorização. E o art. 19 da Lei n.º 9.472/97, dá à ANATEL o poder de realizar busca e apreensão de bens, no âmbito de sua competência.

Consequentemente, nas operações realizadas em conjunto com a Polícia Federal, os equipamentos das emissoras não outorgadas são apreendidos. Há, porém, ações na Justiça solicitando a devolução destes, vez que a ANATEL deveria limitar a sua fiscalização às questões técnicas, não existindo clareza quanto à sua prerrogativa para lacrar e apreender equipamentos, uma vez que a competência para fiscalizar os serviços de radiodifusão é do Ministério das Comunicações.

Além da discussão sobre as competências do órgão, é notório que as ações de combate às emissoras clandestinas no Brasil deixam muito a desejar. A ANATEL não dispõe nem de equipes, nem de recursos suficientes para fazer uma fiscalização pró-ativa. Portanto, atua especialmente na base das denúncias efetuadas. E depois que fechou suas delegacias regionais, o Ministério das Comunicações, por sua vez, perdeu grande parte do seu poder de fiscalização.

Assim, o combate às radiotransmissões não autorizadas revela-se insuficiente. Diante da parca fiscalização, o número de emissoras operando à revelia da lei é cada vez maior. Em 2002, por exemplo, 7.800 denúncias de rádio-interferências foram encaminhadas à Anatel, segundo dados da própria agência. O custo da fiscalização de todas essas ocorrências superou os 15 milhões de reais.

As interferências prejudicam a prestação de serviços legalmente autorizados, inclusive os de interesse público, que têm a faixa de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

radiofrequência para operação “invadida” pelos sinais das emissoras clandestinas. Outro efeito nefasto apontado pelos fiscais é o descrédito às instituições públicas que os operadores clandestinos promovem, ao adotar, como prática rotineira, a violação ao lacre dos equipamentos e o conseqüente restabelecimento das transmissões, em confronto direto às autoridades policiais e de fiscalização. Segundo dados das entidades associativas de emissoras, existiriam mais de 20 mil rádios clandestinas em atividade.

Sabemos quão cansativo e burocrático é um processo de outorga de radiodifusão de sons ou de sons e imagens. Os candidatos devem, conforme a natureza da emissora, atender às inúmeras exigências previstas em edital e apresentar vasta documentação, além de aguardar, por vezes, vários anos pela licença. Portanto, não é razoável que os que estão na legalidade sofram a concorrência desleal dos infratores da lei, em razão das facilidades técnicas hoje existentes para se montar uma emissora.

A transmissão clandestina não prejudica o sistema apenas pelo aspecto da legalidade. Há inúmeros relatos de interferências nos sistemas de navegação aérea causadas por rádios clandestinas nos procedimentos de decolagem e pouso de aeronaves nos grandes centros urbanos.

Outros efeitos negativos das transmissões clandestinas são interferência no aparelho de segurança pública, prejudicial, inclusive, à atuação do Corpo de Bombeiros, a utilização de emissoras pelo crime organizado (tráfico, contrabando, assaltos, furtos) para envio de mensagens codificadas, a sonegação de taxas e impostos, a não geração de empregos, a ocorrência de trabalho informal e a utilização político-eleitoral de emissoras.

Assim, julgamos que a proposta em questão é uma maneira de cortar o mal pela raiz. Somente com a outorga o operador terá condições de adquirir os equipamentos. Além disso, são os fornecedores que serão penalizados, caso descumpram a lei. E a medida, oportunamente, exclui os equipamentos de radiação restrita, preservando os procedimentos já existentes para as atividades que os utilizam.

Pelas razões expostas, julgamos a proposta em tela de extrema relevância para dar eficácia às ações de combate à ilegalidade no setor de radiodifusão no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O nosso VOTO, em suma, é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.396, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado ZEQUINHA MARINHO
Relator